RESOLUÇÃO N° XXX/2014 ï CONSUP/IFPA, DE XX DE XXXXXXXXX DE 2014

ATA DE REUNIÃO

Na data de 17 de fevereiro de 2016, no Campus de Marabá Rural ocorreu a reunião de representantes dos campi do IFPA do GT de Educação do Campo e interessados. A reunião iniciou com as falas de boas-vindas da Diretora de Ensino ----------, Diretor de Pesquisa e Diretor Geral do Campus Marabá Rural ao ar livre. Prosseguiu-se com a visita ao campus. Apresentou-se o prédio administrativo, as casas dos professores e diretores que moram no campus, visualizou-se a área de alojamento dos alunos, segui-se para a área de preparação de mudas, a área das hortas com explanação sobre as atividades de cada espaço, sobre a criação de animais que sustentam a alimentação dos alunos internos do campus e a importância da localização de cada espaço de acordo com a lógica da necessidade e freqüência a esses locais e o princípio das próprias atividades das pequenas propriedades. As presentes dirigiram-se a sala destinada a reunião. A abertura da reunião no ambiente da sala foi feita pela profª Marta Caetano como representante da PROEN, com os agradecimentos a recepção do Campus de Rural Marabá. O coordenador de Ensino Superior Edivaldo explicou o imprevisto que ao permitiu a presença do prof. Romier, presidenta do GT da Educação do Campo do IFPA e relacionou as mudanças nas atividades do dia devido essa ausência. Passou a palavra a prof Rosemeri Scalabrini que propôs uma apresentação dos presentes. Ao terminar a apresentação a prof Rosemeri Scalabrini indicou a coordenadora do Departamento da assistência e saúde dos servidores e Alunos (DASCA) que identificou a equipe de multiprofissional e explanou sobre as ações do DASCA. Estas são, principalmente de atendimento emergencial, atendimento agendado e contatos com outras instituições quando a situação requer atendimento mais especifico. Os projetos já desenvolvidos e a terem continuidade são atividades de ludoterapia, junto o HEMOPA, com teste de HIV, Rodas de Terapia. Deu esclarecimentos sobre a que é pertinente ao NAPNE e a busca de atuar em situações familiares e pessoais. A seguir a prof Rosemeri Scalabrini iniciou sua apresentação com a relação dos cursos existentes em Marabá Rural, com destaque para as turmas de Educação Escolar Indígena. A inserção dos egressos de cursos de cooperativismo em grupos já existentes na comunidade; as especializações para os servidores e as demandas do INCRA, que se expande em diversas instâncias. Prosseguiu com a quantidade e cargos da equipe de ensino, destacou a ausência de pedagogos. Quanto a proposta curricular, feita pela Pedagogia da Alternância e Temas integradores, observou que há uma discussão atualmente no campus para um possível redimensionamento devido ser um processo desgastante e que requer aprofundamento. A proposta freiriana de que escuta que desenvolve os conteúdos a partir da realidade dos educandos é a que pauta o ensino no Campus de Rural Marabá. Essa diverge da concepção instrumental do conhecimento. Os momentos de trabalho com o currículo começa pelo estudo da realidade e a escuta da comunidade em que se identifica as ñfalas significativasò, organização do conhecimento e sua aplicação sob a indicação dos eixos. No entanto, há sempre abertura para ñnovas falasò com esse processo a relação escola/ comunidade se resignifica com a interpretação, desenvolvimento do conteúdo, culminando com a ação de interferência na comunidade. Edivaldo faz lembrar que estamos em ano de reformulação curricular, e a pertinência da visualização de novas dinâmicas metodológicas. Prof. Cledson Nahum do Campus Belém sobre o reestruturar continuo do que foi apresentado e a preocupação com as licenciaturas para Educação do Campo, pois formandos desta o procuraram ao verificarem que editais não a contemplam. O que leva a necessidade de informar para o

poder público sobre a existência e especificidade das citadas licenciaturas. A Prof.ª Rosemeri Scalabrini relatou que em Marabá os editais já viabilizam a inscrição destes licenciados. Carlos, do CRM, evocou que exista o diálogo entre os campi do IFPA e as prefeituras. Prof.ª Marta Caetano sugeriu que os licenciados façam a inscrição, quando cabível, e entrem com mandato de segurança para assegurar seus direitos. Prof.ª Rosemeire Scalabrini continuou a apresentação com a historia da Educação do Campo no IFPA desde a existência da Diretoria de Educação do Campo (DED) até a Coordenação de Educação ligada a PROEN, sua relação com os programas do PROCAMPO, Projovem, Saberes da Terra, PRONERA. Sintetizou a abrangência de cada programa. A fala da prof. Rosemeire Scalabrini, sobre o baixíssimo índice de evasão foi corroboraba pela prof. Laura Barros, Diretora de Ensino do Campus Belém. Atribuíram isso ao compartilhamento e ações integradoras entre planejamentos e docentes. O prof. Cleydson Nenhum, Campus Belém, recordou que o grupo teve origem no período de CEFET com a valorização da DED e que no ano de 2012 houve a desqualificação desta devido o momento da gestão, inclusive com professores que ministraram aula e não receberam a remuneração que lhes cabia. A prof.ª Laura Barros, Campus Belém, levantou a necessidade de institucionalização da Educação do Campo, e que a retomada dessa no IFPA deve suplantar a mercantilização, para que se estabilize a política de demanda regular. prof. Rosemeire Scalabrini retomou citando sobre o período da criação de Educação do Campo, que por não ter recursos financeiros não teve mais ações. E houve continuidade quando formam criadas as licenciaturas pelo PARFOR e PROCAMPO. No período da Coordenação do Campo recordou-se o questionário da SETEC que a maioria dos campi não concluíram. Prof.ª Laura Barros considerou que a SETEC não tem domínio do tema. prof. Rosemeire Scalabrini avaliou que, de forma geral, apesar de haver cursos de Educação do Campo em Castanhal e CRM esta parece não fazer parte do IFPA. O debate enveredou pela criação de uma política de Educação do Campo no IFPA, assim como a confirmação que os alunos de Educação do Campo, vinculados aos programas sejam vistos como alunos do IFPA. Prof.ª Marta Caetano destacou que esse momento é uma reposta a essa demanda, parabenizou a qualidade dos cursos que foram ofertados pelo PARFOR, de acordo com os números e relatos das situações atuais dos egressos. Ponderou que não é preciso criar uma política de Educação do Campo no IFPA, mas consolidar sua posição. A Diretora de Ensino de Abaetetuba reforçou sobre os muitos sucessos dos cursos em seu campus e que estes não tem visibilidade. Enfatizou que por conta do desconhecimento da Educação do Campo do IFPA não participamos dos diversos fóruns que tem acontecido e que e necessário que nos aproximemos das instâncias dos movimentos sociais e dos grupos que estudam educação do campo. Cleydson relatou que foi contactado pelo INCRA para uma possível oferta de cursos pelo campus Belém. E que devido o perfil urbanocentrico do campus informou a incompatibilidade da demanda com o que o campus Belém oferta. Edivaldo falou sobre a melhora do IGC do IFPA e a autonomia do IFPA o que torna mais nítido o quadro institucional. Considera que precisamos parar de falar de ñinstitucionalizaçãoò dos alunos do IFPA vinculados a programas, pois que esses são realmente alunos do IFPA, falou, também que precisamos da oferta regular de educação do campo, sem excluir a possibilidade dos programas. Edivaldo apontou que um fator importante para que toda a comunidade perceba isso é que as horas de aula dos docentes que atuarem em programas sejam contabilizadas na carga horária docente mesmo com a existência de bolsas. Ás 14h e 15 minutos Edivaldo retoma a reunião apresentando as questões norteadoras para serem

discutidas no horário da tarde e a metodologia a ser utilizada. O debate da tarde foi sintetizado no documento digitado por Edivaldo.

No Campus de Marabá Rural após a recepção dos diretores do campus apresentou-se Ludiciane (????) que estruturou uma pesquisa sobre evasão dos alunos do campus de Marabá Rural; apresentou as questões e gráficos mais importantes que demonstram que a forma de escolha do curso é essencial para a permanência deste na escola. Seguiu-se para uma visita as instalações do campus e seus equipamentos como laboratório de automação, laboratório de soldagem, espaços admirativos. Retornando a Sala de Reunião a Pró-reitora de Ensino Elinilze Teodoro fez os agradecimentos e apresentou a programação desta reunião, com destaque para a continuidade de ações pactuadas e, 2015. Considerando ser a primeira reunião de diretores de ensino do ano ela apresentou e material impresso do relatório interno do que foi feito na PROEN em 2015, também como incentivo ao hábito de registramos nossos ações a cada etapa. A seguir a profª Marta Caetano, diretora de políticas públicas da PROEN, sintetizou o planejamento para 2015 e seu desenrolar como a celeridade no andamento de processos, os encaminhamentos para a construção e reconstrução dos PPPs nos campi, a criação da comissão de análise de calendários, atual quadro de utilização do SIGAA nos campi, parabenizando o campus Belém, e a criação do ñFale Conosco-PROENò -se que é necessário encaminhar a GTI a solicitação de um programa que, seguindo o critério de aprovação até 2015, calcule esse aprovação para os alunos anteriores a 2015, pois como estão sendo avaliados pelos critérios da Organização Didática de 2015 ficam prejudicados. Pró-reitora relatou que a mobilização dos campi no combate a zica faz parte de uma política pública federal, e que como somos ligados diretamente a essa esfera e devido a capilarização dos campi precisamos nos engajar nela. A Pró-reitora prosseguiu para a resolução 199/2015 de acompanhamento da carga horária docente. Em vista da dificuldade de implanta-la completamente e de imediato, destacou que os gestores devem considerar este primeiro semestre de 2016 como um período de ajustes em que se planeje e organize os mecanismos para a implantação da 199. Sendo que para isso é preciso diálogo com os professores e projeções a curto, médio e longo prazo da necessidade de horário docente. Houve a informação que a PROPPG indicou que não há reposição de aula, tema que será alvo de esclarecimento. O campus Santarém relatou o grande volume na entrada de projetos de extensão com demandas de recursos que faltam ao campus. A Pró-reitora ponderou a necessidade de bom senso e que tais projetos sejam de interesse da comunidade, também porque só serão válidos se corroborados pela PROEXT. Samuel falou da compreensão da qualidade dos instrumentos, mas questionou a logística, principalmente pelo quantidade de papel envolvida. A Pró-reitora informou que está havendo articulação com a DTI para que parte da fichas serem eletrônicas, advertiu que, no entanto, a ficha de frequência de aula do docente tem que ter um suporte físico. Isso foi reforçado por Santarém que citou as diversas auditorias em que eles solicitam tais documentos físicos. Devido outras demandas a Pró-reitora também informou que há espaço para utilização de instrumentos que o campus já possua contanto que contemple todos os itens dos instrumentos presentes na instrução normativa 25. O campus de Tucuruí falou que a falta da indicação das punições para o descumprimento dos apontamentos da 199. A Pró-reitora explicou que neste caso cabe a aplicação das punições já existentes na lei do servidor público. Tarcísio demonstrou a necessidade de uma errata de conversão, ao que a pró-reitora respondeu que já houve tais encaminhamentos. Edil rememorou que a movimentação para um documento de acompanhamento da carga horária docente remonta 2010 e que a ausência deste vinha causando dificuldades de gestão no ensino. E que, com a atual regulamentação, isso melhorou.

Na manhã de sexta-feira a pró-reitora iniciou a reunião tratando do plano de formação docente. Apresentou a proposta da comissão que trata desta pauta da especialização ocorrer por eixos, no entanto sendo iniciada por uma etapa comum a todos. Mostrou uma planilha contendo os nomes e formações do docentes por campus do ano de 2014 e outra preenchida pelos campi durante o período da avaliação institucional. Considerando a proposta por eixo é preciso mapear a formação dos docentes que precisam desta especialização. Para isso as planilhas serão reencaminhadas aos campi com o acréscimo de mais duas colunas, uma para o preenchimento da graduação do docente e outra indicando se o docente atua em área diversa a sua graduação. O retorno dessas informações para PROEN ficou marcado para quatro de março de 2016. A pró-reitora prosseguiu explicando que, depois de identificados os eixos, estes planos de cursos serão encaminhados ao campus com mais expertise na área, e que estes devem dar entrada no plano da especialização para a PROEN. Posto que, a própria PROEN não pode ofertar cursos. Portanto, a reponsabilidade sobre a tramitação do plano da especialização será do campus. A próxima pauta de reunião é apresentada pela profª Marta Caetano: o planejamento de estratégias de permanência e êxito. A profª informou o andamento dos trabalhos da comissão desta pauta, a planilha com o levantamento do status dos alunos pelo SCA e o motivo desta última ação ter sido interrompida. Uma vez que, por consenso, a comissão entendeu ser mais pertinente usar os dados do SISTEC. Inclusive com base de que a SETEC utilizará as informações deste que já foram extraídas e apresentadas em planilha. A partir disso, houve a filtragem dos nomes e endereços de alunos que serão enviados para os campi. A partir de uma proposta de questionário elaborado pela comissão que deve ser aplicado por cada campi em no mínimo 30% de alunos de cada categoria, cada campus elaborará seu plano de intervenção. Edivaldo iniciou sua apresentação com os informes que a Coordenadora de Educação Básica, em férias no momento, solicitou que fossem repassados, principalmente o retorno aos campi dos processos que não foram possíveis serem encaminhados em ajustes via email. Edivaldo reforçou o período de nova entrada de processos de PPC na PROEN, incluindo estes que serão reencaminhados e os novos. Retomou pela extrema necessidade de atualização dos PPCs dos cursos superiores de acordo com as novas orientações legais. Destacou os itens de Direitos Humanos, Educação Ambiental, Política de Inclusão Social e Proteção das Pessoas dentro do Espectro Autista, entre outros. Advertiu que não é sempre o caso de ser criada uma disciplina com este assunto, mas dos temas perpassarem todo o currículo. Pediu que cada campus informasse em pé está suas reformulações curriculares dos cursos superiores. Depois dos relatos dos campi, o Prof Claydson tomou a palavra tendo como foco o PARFOR. O prof iniciou por um apanhado do PARFOR no IFPA e citou a relevância do programa para a realidade paraense. Informou sobre a formação de comissão para a reoferta de cursos pelo PARFOR, e que, devido o prazo, o planejamento de novas cursos deve ser em cursos que já tem aprovação, é claro, com os devidos ajustes a nova legislação dos cursos superiores. A ênfase será na institucionalização dos cursos ofertados em que o campus deve estar apto para essa demanda, tendo como um dos parâmetros a quantidade de professores do próprio campus que são da área do curso que pretende ser ofertado. Para os campi que não tiveram oferta de PARFOR a orientação é que seja feito o planejamento, caso deseje fazer tais ofertas posteriormente. Observou-se a necessidade da mudança do termo ñpoloò para os locais fora do campus de oferta de turmas segundo as orientações do MEC em avaliações. A pró-reitora finalizou a reunião com os agradecimentos ao campus anfitrião, cujo representante

simbolicamente ñpassou a faixaò para o próximo campus a sediar a seguinte reunião de diretores de ensino: o campus Tucuruí.